

Após prisões e exonerações, Justiça determina intervenção

Governador do Maranhão terá que nomear interventor até a próxima semana

Facebook/Turilândia

Por Martha Imenes

O município de Turilândia, no interior do Maranhão, tem ganhado destaque na imprensa por conta da prisão do prefeito, primeira-dama, membros da Administração e da Câmara de Vereadores por desvio de R\$ 56 milhões dos cofres públicos. Agora a cidade sofreu mais um baque: a intervenção por 180 dias, prorrogáveis, determinada pelo Tribunal de Justiça do Maranhão (TJ-MA).

O governador do Maranhão, Carlos Brandão, nomear o interventor até a próxima semana, por meio de decreto contendo, entre outros pontos, o período de intervenção e a extensão dos atos administrativos alcançados.

De acordo com a decisão, a intervenção se restringe ao Poder Executivo municipal. As funções legislativas permanecem com a Câmara Municipal. Caberá ao interventor apresentar relatório circunstanciado em até 90 dias, com diagnóstico da gestão e providências adotadas. O tribunal também determinou auditoria nas contas do município.

Em 11 de janeiro uma nova crise acometeu o pequeno município: após parecer favorável do Ministério Público à soltura dos investigados pelo desvio, promotores do Gaeco pediram exoneração coletiva.

Segundo os integrantes do Gaeco, a manifestação da Procuradoria-Geral enfraquece a atua-

ção institucional do MP-MA no combate ao crime organizado e pode comprometer a credibilidade de investigações.

Assinaram o pedido dez promotores que atuam nos núcleos de São Luís, Imperatriz e Timon. São eles: Luiz Muniz Rocha Filho (coordenador do Gaeco), Ana Carolina Cordeiro de Mendonça, Fernando Antônio Berniz Aragão, Marcos Valentim Pinheiro Paixão, Eduardo André de Aguiar Lopes, Fábio Santos de Oliveira, Raquel Chaves Duarte Sales, Francisco Fernando de Moraes Meneses Filho, Raphaell Bruno Aragão Pereira de Oliveira e Thales Rodrigues Alves.

Relembre

O prefeito do município, José Paulo Dantas Silva Neto, conhecido como Paulo Curió, do União Brasil; sua esposa, Eva Maria Cutrim Dantas; a vice-prefeita Tânia Karla e a ex-vice-prefeita de Janaína Soares Lima foram denunciados por um esquema de desvio de recursos que causou danos de mais de R\$ 56 milhões aos cofres do município maranhense.

Os investigados foram presos durante a Operação Tântalo II, realizada em 22 de dezembro do ano passado. Paulo Curió e Tânia Karla foram afastados das funções e estão presos.

Com isso, o comando do município ficou, desde o dia 26, a cargo



Turilândia, cidade próxima à São Luís, tem apenas 33 mil habitantes e muita história para contar

do presidente da Câmara Municipal, José Luís Araújo Diniz, o Pego, também investigado no esquema e que cumpre prisão domiciliar com outros cinco vereadores de Turilândia.

Pela decisão judicial, Araújo e mais dez vereadores investigados, que também cumprem prisão domiciliar, ficaram autorizados a sair de casa apenas para participar de sessões da Câmara Municipal.

Licitações

O esquema que causou danos aos cofres de Turilândia, município com pouco mais de 31 mil habitantes e localizado na Baixada Maranhense, começou em 2021 e ocorria por meio da “venda” de notas fiscais por empresas que venciam licitações simuladas, entre elas postos de combustíveis.

O Ministério Público (MP) estimou o dano total em R\$ 56.328.937,59. O prefeito e pessoas próximas a ele recebiam de 82% a

90% dos valores pagos pela prefeitura e a diferença ficava com os empresários que forneciam as notas fiscais.

São investigados: Posto Turi, SP Freitas Júnior LTDA, Luminer e Serviços LTDA, MR Costa LTDA, AB Ferreira LTDA, Climatech Refrigeração e Serviços Ltda, JEC Empreendimentos, Potencial Empreendimentos e Cia Ltda, WJ Barros Consultoria Contábil e Agro-mais Pecuária e Piscicultura LTDA, além de pessoas físicas e jurídicas.

MP aponta compra superfaturada

MP/MA

O Ministério Público destacou que houve compras superfaturadas de combustível para a frota de dez veículos da prefeitura: um caminhão, três micro-ônibus, uma motocicleta, um veículo comum para uso de ambulância, dois veículos comuns para uso em transporte escolar e dois veículos de passeio. Somente em 2022, a prefeitura pagou por 150.250 litros de gasolina e 172.462 litros de óleo diesel comum.

Análise do MP mostrou que, com o volume de diesel pago, os seis veículos da prefeitura que utilizam o combustível conseguiriam percorrer 1.207.234 km por ano. O suposto deslocamento corresponde à média de cerca de 791 km por dia, aproximadamente a distância existente entre Turilândia e Jericoacoara, no litoral cearense.

O MP justificou o pedido de intervenção com base no grave comprometimento da ordem pública no município e considerando a insufi-

ciência das medidas anteriormente estabelecidas, como prisão preventiva, prisão domiciliar, afastamento do cargo público, suspensão dos pagamentos às empresas utilizadas no esquema e busca e apreensão de provas e produtos dos crimes.

“Durante a deflagração da Operação Tântalo II, destinada ao cumprimento de mandados judiciais de busca e apreensão e de prisão, foram apreendidos mais de R\$ 2 milhões em espécie na residência de um dos investigados. Tal fato confirma a plena atividade da organização criminosa, a tranquilidade dos envolvidos na reiteração de seus atos ilícitos e revela uma verdadeira afronta ao Poder Judiciário do Maranhão, ao esforço do Ministério Público e à sociedade turilandense”, destacou o Ministério Público.

Apoio do Gaeco

A operação contou com o apoio de promotores de justiça



Operação Tântalo foi realizada em dezembro do ano passado

integrantes do Gaeco dos núcleos de São Luís, Timon e Imperatriz, das Polícias Civil e Militar do Estado do Maranhão, além de promotores de justiça do Gabinete e

da Assessoria Especial de Investigação do Procurador-Geral de Justiça, do Grupo de Atuação Especial no Combate à Sonegação Fiscal (Gaesf) e das comarcas de

Santa Helena, Açailândia, Lago da Pedra, Raposa, Anajatuba, Viana, São Bernardo, Maracumé, Pinheiro, Morros, Buriticupu, Bacabal, Vargem Grande, Arari, Imperatriz, São Francisco do Maranhão e São Luís. A Coordenadoria de Assuntos Estratégicos e Inteligência (CAEI-MPMA) também auxiliou nos trabalhos.

A Operação Tântalo faz referência à figura da mitologia grega Tântalo, condenado a uma punição eterna no submundo. Segundo o mito, ele permanecia em um lago de águas cristalinas, com frutos ao alcance da vista, mas sem conseguir saciar a sede ou a fome. A metáfora é utilizada para representar o esquema investigado, no qual recursos públicos destinados a contratos para fornecimento de bens e serviços não resultariam em benefícios efetivos à população.